2Às quatorze horas do dia 04 de outubro de 2010, segunda-feira, reuniu-se o CME/Toledo 3para a Reunião Ordinária do mês de outubro de 2010, para a Sessão Plenária de abertura 4dos trabalhos, realizada na Sala de Reuniões da SMED/Toledo, junto à Prefeitura 5Municipal. Estiveram presentes os Conselheiros titulares: Flávio Vendelino Scherer, 6Presidente, a Vice-Presidente Léia Angélica Rippel, Renate Neumann Schewe Cardoso, 7Patrícia Mara Anschau, Márcio Adriano Solera, Willibaldo Feiten, Sergio Denck Fogasso, 8Maria Christina Bezerra Raupp Calabresi, Pedro Aloísio Webler, Sueli Luckmann Guerra, 9também estiveram presentes, as Conselheiras suplentes Márcia Czerechowicz Hang e 10Luciana Roberta Felicetti Rech. Estiveram ausentes e sem apresentar justificativas, as 11Conselheiras titulares Doracilde Naomi Noguti de Oliveira e Veralice Aparecida Moreira dos 12Santos. Fazendo a abertura dos trabalhos da reunião ordinária do mês de outubro, o 13Conselheiro Presidente saudou e deu as boas-vindas a todos. Na seguência, passou a 14palavra para a Conselheira Vice-Presidente Léia Angélica Rippel para que esta 15apresentasse a mensagem para a abertura dos trabalhos como habitualmente é feito. Após 16a leitura da mensagem intitulada "O Valor da Iniciativa", o Presidente agradeceu a Vice-17Presidente e complementou, dizendo que no dia de hoje, 04 de outubro, é também 18lembrado o dia de São Francisco de Assis, grande santo e pregador da paz entre os 19homens, defensor da natureza e protetor dos animais, razão pela qual fez a leitura da 20Oração da Paz, por esta prece ter um caráter universal. Também fez uma breve reflexão 21sobre as eleições que aconteceram no dia de ontem, 03 de outubro; disse que a seu ver, 22as mesmas ocorreram dentro da normalidade e que a partir de agora, é preciso considerar 23que a campanha eleitoral e as eleições no Paraná, para os cargos de Governador do 24Estado, Senadores, Deputados Estaduais e Federais, já aconteceram e terminaram com o 251.º turno; disse que a partir de agora, se espera que os eleitos façam o que prometeram, 26 especialmente pela educação, e que nós, como cidadãos, devemos acompanhar, cobrar e 27fiscalizar os trabalhos daqueles que foram eleitos pelo voto popular. A Conselheira Sueli 28Luckmann Guerra, pediu licença para dizer que é uma pena que nem todas as pessoas 29e/ou líderes políticos pensem desta forma, pois muitos não tem consciência que após o 30pleito eleitoral, não deve haver retaliações com os adversários. Ela que foi candidata ao 31cargo de Vereadora e inclusive exerceu a titularidade do cargo de Vereadora durante o 32mês de agosto deste ano, continua sofrendo determinadas retaliações por parte do Chefe 33do Poder Executivo Municipal. Ela é conselheira do CACs – Conselho 34Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, e pelo fato do CACs ter feito alguns 35ajustes necessários, ao transporte escolar, pois havia algumas irregularidades, os 36munícipes procuram o Chefe do Poder Executivo Municipal para saber sobre o transporte 37escolar, o mesmo menciona seu nome responsabilizando-a por algumas decisões que 38foram tomadas pelo CACs, seguindo o que determina a Lei Federal que proíbe o uso do 39transporte escolar para transporte de pessoas para outras finalidades. Na sequência, o 40Presidente apresentou a Pauta da Reunião Ordinária e da Sessão Plenária, como segue: 411- Aprovação das Atas das Sessões Plenárias da Reunião Ordinária do mês de setembro/ 422010; 2- Espaço da Presidência e dos Conselheiros para: informações, relatos, 43 participações, manifestações, convites, representações e destaques; 3- Informações da 44SMED como órgão gestor do Sistema de Ensino; 4- Processos já distribuídos pela Câmara 45de Educação Básica: 4.1. CEB/Processo n.º 012/10: Renovação da Autorização de 46Funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Carlos Friedrich, do Jardim 47Coopagro, Relatora Conselheira Léia Angélica Rippel; 4.2. CEB/Processo n.º 015/10: 48Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da *Escola Municipal* 49 Walter Fontana, da Vila Pioneiro, Relatora Conselheira Léia Angélica Rippel; 5- Assuntos 50livres e de interesse do CME, do SME /Toledo e dos Conselheiros. Apresentada a Pauta, 51foi aberto espaço para eventuais inserções de assuntos, no entanto, não houve nenhuma 52proposição neste sentido. A Pauta foi posta em votação e aprovada por unanimidade pelo 53Plenário. Tendo em vista que a Pauta para esta Reunião Ordinária é bastante enxuta e que

54as Comissões Especiais tem prazo até o final do mês de outubro para encerrarem seus 55trabalhos e apresentarem seus relatórios finais, o Presidente propôs que os trabalhos se 56concentrem no dia de hoje e que os demais dias não haja sessões, podendo as Comissões 57Especiais aproveitar este tempo para adiantar seus estudos. A proposta foi colocada em 58votação e aprovada pelos presentes. Na sequência, passou-se ao item 1: Apreciação e 59aprovação das Atas números 10/10 e 11/10. Considerando que a leitura e a análise 60preliminar já fora feita pelos Conselheiros, nos termos da prática já definida em Regimento, 61as Atas foram postas, uma após outra, em discussão e em votação, sendo as mesmas 62aprovadas por unanimidade dos presentes. O Presidente informou que em consequência 63do que foi apresentado na última Reunião Ordinária do CME/Toledo, quando houve a 64apresentação da SMED/Toledo com as informações e providências para a implantação dos 65Anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos e em especial, do 5.º ano, a partir de 2011, 66na Rede Municipal de Ensino de Toledo, surgiram várias discussões e manifestações na 67imprensa e entre os professores da rede estadual de ensino, e que, diante disto e por 68iniciativa da APP/Sindicato, foi convidado o Presidente do CME/Toledo para uma reunião 69na sede da APP, com seus membros, para o dia 09 de outubro, sábado; disse que em 70virtude da coincidência do evento com os Conselhos de Classe dos Colégios, esta reunião 71foi adiada para uma nova data a ser definida. O Presidente destacou ser importante a 72 reunião com a classe dos professores estaduais para tratar deste assunto, já que existe 73uma falta de compreensão sobre a implantação do 5º ano no ano de 2011, pela Rede 74Municipal de Ensino no Município de Toledo; que os professores estaduais temem que 75haja um desemprego e de que o Município de Toledo teria se apressado em implantar os 76Anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos, que o Município teria se "apropriado" 77indevidamente deste ano a mais, e também diante de outras afirmativas infundadas sobre 78o assunto. Dando continuidade, o Presidente passou para as informações da Presidência e 79para a comunicação dos convites feitos ao CME. Iniciou comentando o Ofício nº 484/10, do 80dia 27/09/2010, da Secretaria Municipal de Assistência Social, que solicitou a indicação de 81um representante da SMED/Toledo, para compor a Comissão para a Elaboração da Lei de 82Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme a 83Recomendação Administrativa nº 06/2010, do Ministério Público do Município de Toledo. 84Disse que o Secretário Municipal da Educação sugeriu e depois indicou o Conselheiro 85Presidente na qualidade de Diretor do Sistema Municipal de Ensino, que fosse o 86representante da SMED. O Presidente disse que aceitou a indicação e que a indicação da 87SMED foi feita através do Oficio nº 210/2010-SMED, no dia de hoje, 04 de outubro, 88encaminhado à Secretaria de Assistência Social. Na sequência, o Presidente informou que 89no dia de hoje, 04 de outubro, na Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores que ocorre 90no mesmo horário da sessão do CME, será votado, já em segunda votação, o Projeto de 91Lei nº 142/10, que "Institui a Escola de Administração Pública do Município de Toledo e 92 estabelece normas para o seu funcionamento"; disse que esta escola será coordenada 93pela Secretaria de Recursos Humanos e que o fato da Secretaria de Educação não fazer 94parte da coordenação desta escola causou estranheza, e que este assunto será tratado 95logo mais adiante, no decorrer desta Sessão Plenária. A outra informação foi sobre a 96Audiência Pública do Orçamento Municipal para o ano de 2011, que aconteceu no Teatro 97Municipal, no dia 20 de setembro, onde o Presidente e o Conselheiro Márcio Adriano 98Solera estiveram presentes, e que desde o início de 2011 haverá a execução deste 99orçamento, devendo ser acompanhado por todos, como dever de cidadania. O Presidente 100parabenizou a equipe da SMED/Toledo pelos eventos realizados e, em especial, pela "I 101Mostra Pedagógica da EJA – Educação de Jovens e Adultos", nos dias 16 e 17 de 102setembro; disse que visitou a Mostra e participou da abertura e da palestra, no Centro 103Cultural Ondy Hélio Niederauer, com apresentações de trabalhos feitos pelos próprios 104alunos; que a palestra foi muito bem escolhida, ministrada pelo Professor Ivo Triches, da 105cidade de Cascavel; que foi avaliado como um evento muito motivador para todos os 106envolvidos. Outra informação, foi de que no dia 29 de setembro, quarta-feira, alguns

107membros da Comissão Especial que trata da revisão das normas para a Educação 108Especial, juntamente com o Presidente do CME, tiveram uma audiência com o Promotor 109da Educação, Dr. Sandres Sponholz, sobre uma questão levantada pela Comissão 110Especial que se referia sobre a exigência ou não de que os pais devam acompanhar e 111 levar seus filhos aos atendimentos complementares ou especiais propostos pela equipe 112 pedagógica. A Comissão recebeu inúmeras informações das escolas que há grandes 113omissões por parte dos pais em relação aos atendimentos solicitados pela escola, e não 114atendem às convocações ou convites dos profissionais responsáveis pelos programas ou 115atendimentos complementares. A Comissão Especial Temporária do CME/Toledo procurou 116iunto à Promotoria da Educação melhor clareza e orientação sobre o entendimento da 117questão levantada, se este fato se caracteriza como negligência e abandono de menor em 118sua assistência aos direitos básicos em relação à educação. Para complementar as 119informações sobre este assunto, o Presidente passou a palavra para a Conselheira Sueli 120Luckmann Guerra, Presidente da Comissão Especial. A Conselheira informou que estão 121acontecendo os estudos para a revisão e atualização das normas da Deliberação nº 122004/05-CME/Toledo, que trata das normas para a Educação Especial e que, tendo em 123 vista que as Escolas estão realizando a inclusão de alunos com deficiência, tomando como 124exemplo os alunos com Síndrome de Down, que numa escola especializada, teria 125atendimentos específicos e de multiprofissionais e que estas crianças, vindo para a Escola 126Regular, tem ficado sem os atendimentos multiprofissionais, pois são oferecidos fora do 127horário escolar, ficando para o pai a decisão de levar os filhos para o devido atendimento; 128que muitos pais não se sentem no dever de levar os filhos para os atendimentos especiais 129complementares na escola; lembrou a Conselheira que a Constituição Federal, em seu 130artigo 227, estabelece que é dever da família, entre outros, assegurar o direito à educação; 131que a família entende como direito e não um dever e que a dúvida da Comissão Especial, 132é se este assunto poderá constar na nova Deliberação da Educação Especial, 133caracterizando-se uma negligência por parte dos pais não atenderem as convocações da 134escola. Em complementação à informação da Conselheira Sueli Luckmann Guerra e para 135que o colegiado conhece o teor do assunto, o Presidente fez a leitura do Ofício nº 034/10. 136do CME/Toledo, do dia 24/09/10, que encaminhou o texto da Comissão Especial para a 137Promotoria. Após a leitura do Ofício, o Presidente passou a palavra para a Conselheira 138Sueli Luckmann Guerra, que fez a leitura do expediente encaminhado pela Comissão 139Especial ao Presidente do CME/Toledo e que acompanhou o Ofício do CME/Toledo 140encaminhado ao Promotor Dr. Sandres Sponholz. Após a leitura do texto, a Conselheira 141Sueli Luckmann Guerra, disse que o Promotor entendeu a preocupação da Comissão 142 Especial, e que este foi claro, dizendo que para cada direito da pessoa, ela também tem 143um dever, e que o pai ou responsável que não encaminhar seu filho ao atendimento, 144estará negligenciando intelectualmente seu filho e a família poderá responder por 145negligência ou abandono intelectual, e que, se isto vier a ocorrer, cabe uma denúncia ao 146Ministério Público de abandono intelectual; o Promotor teria informado aos participantes da 147audiência, que ele, como Promotor, estaria impedido juridicamente de prestar atos que 148 venham a sugerir consultoria jurídica, mas que cumpre ao Ministério Público a função de 149fiscalização do cumprimento da lei, e que a resposta que a Promotoria dará à Comissão 150Especial, não poderá se vista como consultoria. Na conversa com o Promotor, ficou claro 151de que o CME poderá prever medidas que sugerem providências contra os pais ou 152responsáveis omissos ou negligentes. O Presidente ficou satisfeito com a audiência com o 153Promotor da Educação, Dr. Sandres Sponholz, e que este assunto deverá ser previsto na 154Deliberação da revisão das normas para a Educação Especial; que se poderá exigir a 155presença dos pais ou responsáveis no ambiente escolar e parabenizou a Comissão 156Especial, que foi feliz em levantar este questionamento e aprofundar-se neste assunto. 157Continuando com as informações, o Presidente comunicou que no dia 24 de setembro, 158houve a inauguração de uma nova unidade de Educação Infantil, o "CMEI Hilda Ângela de 159Marchi", do Jardim Bressan; sobre o assunto passou a palavra para a Conselheira Patrícia

160Mara Anschau, Diretora do Departamento de Educação Infantil da SMED, para maiores 161informações. A Conselheira informou que o "CMEI Hilda Ângela de Marchi", do Jardim 162Bressan, foi construído a partir de recursos federais do FNDE - Fundo Nacional de 163Desenvolvimento da Educação, que a nova unidade conta com um espaço muito bom e 164que de início, ainda em 2010, serão ocupadas apenas três salas de aula, para o 165atendimento mais urgente, mas que a partir de 2011, todas as salas estarão em 166funcionamento, inclusive as salas destinadas à brinquedoteca e à informática; que o 167refeitório demanda alguma re-estruturação, pois é um espaço aberto e que precisa de uma 168adequação para o clima de nossa região, tendo em vista que como é um projeto com 169recurso federal, a planta é a mesma utilizada em outras regiões do País, com clima 170 diferente da nossa região; informou ainda que mais três unidades educacionais para 171atendimento de creche e pré-escola, estão em fase final de construção e que deverão ser 172inauguradas brevemente, para atender as maiores demandas; reforçou o convite para os 173Conselheiros para a participação da VI Semana de Educação Infantil, que acontecerá nos 174dias 18, 19 e 20 de outubro de 2010, com apresentação de projetos, palestras, oficinas; 175que serão palestrantes a Professora Oneide Battisti, da UNIPAR/Toledo e Jussara 176Hoffmann, da UFRGS, sendo que esta última, tratará do tema da avaliação na Educação 177Infantil; ressaltou ainda que não será cobrada a taxa de inscrição para os Conselheiros que 178tiverem interesse em participar. Um outro assunto levantado pela Conselheira Patrícia 179Mara Anschau, Diretora do Departamento de Educação Infantil, foi que a mesma recebeu a 180 visita da Assistente Social, da Secretaria Municipal da Saúde, servidora Neiva Bordignon, 181que trouxe uma denúncia recebida por ela, de que o Centro de Educação Infantil Espaço 182Encantado, do Jardim Panorama, instituição particular vinculada ao SME/Toledo, estaria 183utilizando alimentos congelados na alimentação das crianças, que algumas crianças 184 passaram mal após as refeições e que, os pais, em conversa com a responsável pela 185escola, foram informados que as crianças passaram mal em consequência de viroses. O 186Presidente informou que, como este Centro de Educação Infantil está vinculado ao 187SME/Toledo, é importante que se institua uma Comissão em caráter de urgência para 188averiguar e apurar a denúncia; que o CME deixa registrado sua preocupação e que apóia a 189iniciativa, propondo-se a indicar Conselheiros(as) para acompanhar esta verificação; que 190esta Comissão também deveria ser acompanhada por membros do setor de Vigilância 191Sanitária e da SMED. O Presidente colocou a proposta em apreciação, que foi acatada 192 pelos Conselheiros presentes. Foi aberta a proposta de indicação de membros do CME; 193imediatamente colocaram-se à disposição para acompanhar a verificação, as Conselheiras 194Léia Angélica Rippel e Sueli Luckmann Guerra. Os nomes apresentados foram aprovados 195pelos Conselheiros presentes. O Presidente informará oficialmente os nomes indicados 196para a SMED/Toledo, ficando a visita de verificação agendada para guarta-feira à tarde. 197dia 06 de outubro. Outra informação da Presidência, foi sobre a "Escola" Mickey e Minnie, 198que continua funcionando, e que a mesma deveria adequar-se à alguma legislação, seja 199Municipal ou Estadual, já que está funcionando por força de uma liminar judicial; disse que 200a instituição continua sem autorização de funcionamento; que uma instituição não pode 201simplesmente fazer o que deseja, sem precisar de atos legais para funcionar e que a única 202saída para encerrar de vez este processo, seria o Poder Executivo revogar o ato de 203cedência do espaço público para uso daquela instituição. Disse que este assunto não é 204descuido do CME, mas que foge da sua competência por causa da liminar judicial que 205autoriza o funcionamento. Que este assunto foi também levantado com o Promotor e que 206este, consultando os protocolos, constatou ainda não haver julgamento do mérito do 207 recurso. Outro assunto importante tratado pela Presidência com o Promotor da Educação. 208é sobre a vinculação das APAEs, pois estas continuam a integrar de forma irregular o 209Sistema Estadual de Ensino nos municípios onde há Sistema Municipal de Ensino 210 organizado; que futuramente se poderá provocar uma manifestação das próprias APAEs, 211para que façam em definitivo sua opção e continuem a integrar o Sistema Estadual de 212Ensino, ou para que se integrem ao respectivo Sistema Municipal de Ensino na cidade

213 onde funcionam, pois é uma ilegalidade tolerada até o momento; que de toda forma, 214deverá ter uma Lei federal que altere dispositivo da LDB, ou que o assunto tenha a 215manifestação e aprovação do respectivo órgão normativo do Sistema a que se vincula e ao 216qual se pretende vincular. O Conselheiro Sérgio Denck Fogasso, comunicou que alguns 217pais o procuraram, para saber o motivo da demora no atendimento das solicitações dos 218 serviços de limpeza de calhas, de encanamento, entre outros pequenos reparos nas 219escolas municipais e que, inclusive, sugeriram que este tipo de serviço fosse através de 220uma empresa contratada para este fim. A Conselheira Sueli Luckmann Guerra, informou 221que durante o seu mandato de vereadora na Câmara de Vereadores, no mês de agosto 222deste ano, encaminhou um requerimento ao Poder Executivo, solicitando providências com 223 relação à solução na demora do atendimento aos pequenos serviços e reparos nas 224Escolas Municipais. O Conselheiro Sérgio Denck Fogasso, informou ainda que com 225relação ao assunto que ele levantou na Sessão Plenária do dia 13 de setembro, sobre o 226afastamento da Secretária da Escola Municipal Henrique Brod, por motivo de saúde, que o 227problema foi parcialmente resolvido e que encaminhará uma cópia do expediente enviado 228pela Escola Municipal Henrique Brod, à SMED, para conhecimento do CME. Disse ainda o 229Conselheiro que sobre o assunto da premiação de servidores municipais por mérito, em 230reunião da APM da Escola Municipal Henrique Brod,o assunto foi discutido e que foi 231decidido nesta reunião, que APM se posicionará contrária a este tipo de promoção e que 232 enviarão um expediente comunicando a decisão ao CME/Toledo. A Conselheira Renate 233Neumann Schewe Cardoso, informou que tendo em vista a aprovação da Lei Federal nº 23412.317, de 26 de agosto de 2010, que regulamentou a carga horária de 30 horas semanais 235para a categoria das Assistentes Sociais, a Conselheira amparada por esta lei, está 236renunciando à função de Conselheira, pois com a diminuição da carga horária, ficou mais 237difícil para dar conta de todo o trabalho na entidade onde ela trabalha. O Presidente 238 lamentou a saída da Conselheira, que já tem uma caminhada no CME e informou que, 239como ela representa o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, a entidade 240deverá comunicar este fato oficialmente ao CME. A Conselheira Sueli Luckmann Guerra, 241informou que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Toledo, encaminhou um 242 expediente à todas as Escolas Municipais, para elaborar uma consulta sobre a premiação 243por mérito aos professores mas que, infelizmente, o Sindicato não deixou de forma clara a 244sua intenção, o que gerou dúvidas e falta de entendimento por parte de algumas escolas, o 245que prejudicou a avaliação, e que por isto, terá que ser feita uma nova consulta, de forma a 246atingir o objetivo desejado. O Conselheiro Márcio Adriano Solera, disse que, ainda com 247relação ao assunto da premiação por mérito, ele consultou informalmente alguns 248professores, e que estes se manifestaram oficialmente contrários à premiação por mérito; 249com relação ao texto que o Conselheiro ficou designado pelo colegiado para construir. 250disse que seu texto ainda não está concluído; que é bastante difícil fundamentá-lo na 251 legislação existente; que as análises são complicadas de serem feitas, pois as próprias 252avaliações de desempenho, não deixam claro quais são os seus critérios de avaliação. 253Novamente com a palavra, o Presidente, apresentou e fez a leitura do Projeto de Lei nº 254142/10, que "Institui a Escola de Administração Pública do Município de Toledo e 255estabelece normas para o seu funcionamento", que este projeto de lei já será votado em 2ª 256votação pela Câmara de Vereadores, no dia de hoje, em sua Sessão Ordinária. Na sua 257rápida análise do projeto, disse estranhar por completo a ausência da Secretaria Municipal 258de Educação na composição do Conselho Diretor desta Escola de Administração Pública. 259Colocou em apreciação a sugestão para que o CME se manifeste sobre este assunto. 260Alguns Conselheiros(as) manifestaram-se. A Conselheira Sueli Luckmann Guerra, 261 considerou que seria mais adequado aguardar efetivamente o funcionamento ou instalação 262desta Escola de Governo Municipal para posicionar-se, tendo em vista que não existe nada 263formalizado legalmente. O Conselheiro Pedro Aloísio Webler, sugeriu que o CME se 264coloque à disposição do Poder Executivo para contribuir e auxiliar no processo de 265 estruturação da Escola. Ouvidos os Conselheiros(as), o Presidente se propôs a escrever e

266repassar aos Conselheiros(as), um texto sobre a Escola de Administração Pública, se 267ainda for possível interferir na Lei ou na sua regulamentação, para que todos possam 268conhecer, contribuir e aperfeiçoar o texto, para que o mesmo seja matéria de uma próxima 269Reunião Ordinária ou mesmo uma Reunião Extraordinária, se for necessário; disse 270também que é interessante que os Conselheiros procurem intensificar as leituras sobre o 271 assunto da meritocracia e socializar com os outros Conselheiros, através do correio 272eletrônico, avançando assim na construção de uma minuta sobre o assunto. A Conselheira 273suplente Luciana Roberta Felicetti Rech, que é professora também da rede Estadual de 274Ensino, informou que participou do curso do Itinerante 2010 da SEED, e que alguns 275membros do NRE/Toledo, passaram nas salas de aula, informando sobre a implantação do 2765º ano do Ensino Fundamental pela Rede Municipal de Ensino, assegurando e garantindo 277que os professores estaduais não seriam dispensados com a implantação deste 5º ano; 278 disse que tem ouvido boatos nos Colégios Estaduais de que o Município de Toledo teria se 279antecipado desnecessariamente na oferta do 5º ano. O Conselheiro Márcio Adriano Solera, 280ainda sobre este assunto, informou que não houve um momento de discussão do NRE 281com a categoria dos professores estaduais sobre a implantação do 5º ano pela Rede 282Municipal de Ensino; que o aviso que foi dado nas salas de aula, no momento do evento, 283foi um aviso rápido e sem maiores explicações ou informações, apenas os representantes 284do NRE teriam afirmado que tudo correrá de forma normal, que inclusive já estão 285agendando a distribuição das aulas para 2011 e as remoções, sem se levar em conta a 286atual realidade que se apresenta para o ano de 2011. Na seguência, o Presidente propôs 287os encaminhamentos para os trabalhos desta semana de reunião ordinária: a proposta é 288de que se encerrem os trabalhos desta Reunião Ordinária no dia de hoje, para que os 289Conselheiros realizem seus estudos nas Comissões Especiais e que nos dias 06 e 08, 290quarta e sexta-feira, não haja sessões. A proposta foi colocada em votação e aprovada por 291unanimidade pelos presentes. Nada mais a tratar, o Presidente encerrou esta Sessão 292Plenária. E para registrar, eu, Rosane Margarete Peripolli Fontes, Secretária Geral, lavrei a 293 presente Ata que, nos termos do Regimento Interno e da prática aprovada pelo Plenário, a 294mesma será enviada preliminarmente, via e-mail, para conhecimento e análise individual 295dos Conselheiros e, no início da próxima Sessão Plenária, será discutida, votada e 296aprovada pelo Plenário. Esta Ata é encerrada, e que após aprovada, vai assinada por mim, 297 pelo Presidente, pelos demais Conselheiros e pelos presentes a esta Sessão Plenária. 298Toledo. 04 de outubro de 2010.

199 Medane W. Fempelli Femes, Georgiana Coralina
B00Conselheiros Titulares:
301- Flávio Vendelino Scherer, Presidente:
302- Léia Angélica Rippel:
303- Pedro Aloísio Webler:
304- Sueli Luckmann Guerra:
305- Renate Neumann Schewe Cardoso:
306- Patrícia Mara Anschau:
307- Marcio Adriano Solera:
308- Willibaldo Feiten:
309- Sergio Denck Fogasso:
310- Maria Christina Bezerra Raupp Calabresi:
311- Conselheiros Suplentes presentes à Sessão:
312- Márcia Czerechowicz Hang:
R13- Luciana Roberta Felicetti Rech

299- Rosane M. Peripolli Fontes, Secretária Geral: